

Crianças com deficiência visual e o braile

(Children with visual impairments and Braille)

Heloisa Monteiro Balsaneli¹; Vanessa Cristina Treviso²

¹Graduanda – Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro-SP
heloisabalsanele@hotmail.com

²Docente – Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro-SP
vctre@ig.com.br

Abstract. *For some time, there is the social concern of the schools with the inclusion of children with any disability. The educational context of current legislation ensures equal access to all children, regardless of their peculiarities. Thus, the present work aims to demonstrate analytically how the child with visual impairment has been treated in Brazilian education, highlighting the importance of Braille as necessary for learning these children method and consequently their social inclusion. It was a literature search, review of books, magazines and scientific studies, which concluded as a duty of the school and educators provide the right learning to the visually impaired child, bringing benefits to their development as citizens and the importance of braille method as facilitator of this process.*

Keywords. *Inclusion. Visual disability. Braille.*

Resumo. *Há algum tempo, tem-se a preocupação social das escolas com a inclusão de crianças que apresentam qualquer deficiência. A legislação vigente do contexto educacional garante o acesso igualitário a todas as crianças, independentemente de suas particularidades. Sendo assim, o presente trabalho pretendeu demonstrar analiticamente como a criança com deficiência visual tem sido tratada no cenário da educação brasileira, destacando a importância do braille como método necessário para o aprendizado dessas crianças e, consequentemente de sua inserção social. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, de revisão de livros, revistas e estudos científicos, que concluiu como dever da escola e dos educadores proporcionar o direito da aprendizagem à criança deficiente visual, trazendo benefícios ao seu desenvolvimento como cidadãos e, a relevância do braille como método facilitador desse processo.*

Palavras-chave. *Inclusão. Deficiência Visual. Braille.*

1 Introdução

O termo inclusão passou a ser um assunto muito importante na educação e se mostrou primordial para se pensar um processo educativo que respeita o aluno como um ser social em desenvolvimento, possuidor de suas habilidades e/ou dificuldades específicas. Nesse sentido, a educação inclusiva exige o atendimento das necessidades especiais não apenas das crianças com deficiência, mas de todos os educandos, pois implica em trabalhar diversidade e orientar uma prática educativa voltada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades no processo ensino-aprendizagem.

Assim, nesse cenário em que todos os indivíduos têm o direito a uma educação que atenda qualitativamente às suas individualidades, o presente artigo pretende demonstrar como a criança deficiente visual tem sido tratada no contexto educacional brasileiro e, apontar a importância do braile como método facilitador da aprendizagem para as crianças que apresentam essa deficiência, tendo em vista que ela pode superar suas limitações, desenvolver suas potencialidades e ter acesso ao conhecimento produzido e historicamente acumulado pela humanidade.

A legislação (BRASIL, 1998), determina que a educação, no seu currículo, viabilize procedimentos e metodologias para atender a população de crianças deficientes, buscando cuidar de suas necessidades comportamentais, emocionais ou sociais. Além do mais, a criança com deficiência precisa de uma atenção ainda maior do que as outras, pois a maioria das atividades escolares gira em torno de estímulos visuais para o acesso direto à palavra escrita, à formação de conceitos e interação e controle do meio ambiente.

Martins (2006), defende que, por conta disso, os educadores devem estar ainda mais atentos e buscar recursos necessários para atender o aluno deficiente visual, procurando atender suas necessidades, por meio de recursos especiais para orientação e apoio de que ele precisar no sentido de igualitariamente ter direito ao aprendizado.

Martins (2006), relata a importância do educador em conhecer a família dessa criança e manter contato com eles, pois ninguém melhor que a família para explicar sobre a deficiência da sua criança e os limites que ela apresenta, bem como suas reações e obstáculos. O professor deve procurar envolver não só a família do aluno deficiente visual no seu processo educativo, como também a todos os agentes que fazem parte do seu cotidiano- professores, demais

alunos, coordenadores, diretores e funcionários, que estarão diretamente ligados à inclusão do aluno deficiente no ambiente educacional.

Desse modo, o uso do sistema braile é uma maneira de trabalhar com o aluno deficiente visual em sala de aula, que pode ter sucesso quando trabalhado em consonância com os agentes escolares e família. O método contribuirá com a criança deficiente no sentido de seu desenvolvimento e aprendizagem própria.

Posto isso, o texto desse artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e está dividido em três seções, sendo que a primeira aborda o histórico da Educação Especial; a segunda destaca a Educação Inclusiva; a terceira analisa o sistema braile como método de aprendizagem para o deficiente visual; e, as considerações finais.

2 Histórico da educação especial

As pessoas com necessidades especiais, ao longo dos tempos e das civilizações, já foram vistas sob diferentes enfoques e concepções que influenciaram as atitudes da sociedade e, consequentemente da educação formal em como lidar com elas.

Nas sociedades primitivas, como o essencial para a vida era a caça e a pesca, era indispensável que cada um bastasse por si e dessa sua colaboração para o grupo, assim, ao nascer, uma criança com necessidades especiais tanto físicas como mental, era renegada, abandonada sem que isso causasse qualquer sentimento de culpa. Era cada um por si, em que os mais fortes sobreviviam (RODRIGUES, 2008).

Na sociedade grega, com o surgimento do atendimento das necessidades básicas, os homens começaram a pensar de forma sistematizada, surgiram teorias, paradigmas e modelos que atravessaram os séculos. Um dos paradigmas foi o espartano, em que à medida que se dedicavam à guerra valorizava a ginástica, a estética, entre outros, a perfeição do corpo, forte e belo, era o grande objetivo. Sendo assim, ao nascer o indivíduo que apresentasse alguma deficiência, era eliminado.

Já na Idade Média, o paradigma enfoca o âmbito da teologia, deixando de lado corpo e alma. Com a influência da doutrina cristã, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram mais mortas, porque, segundo o cristianismo, elas também eram filhas de Deus. Depois, com o modernismo católico, passaram a estigmatizados, os deficientes

tornaram-se sinônimo de pecado. Eram submetidos a punições, torturas e diversos tipos de maus tratos (ARANHA, 1995).

Essa concepção, que relaciona a deficiência com o pecado, ajuda a compreender os horrores da segregação e da estigmatização, principalmente dos milhares de pessoas que foram eliminadas por meio da fogueira da inquisição. Outra forma da Igreja ver e explicar a existência de pessoas com necessidades especiais era de que eles eram um instrumento de Deus para alertar os homens, mas não menos branda no sentido de considerá-los impotentes e incapazes (ARANHA, 1995).

No final do século XV, com a revolução burguesa, as ideias da classe dominante mudaram a visão sobre deficiência, sendo o sistema capitalista, principal modelo econômico, e tendo o lucro como principal meta, aqueles que tivessem alguma limitação eram tratados como improdutivos e portadores de desvios (ARANHA, 1995).

Entretanto, o avanço da medicina contribuiu para a mudança da visão que o sistema capitalista tinha sobre os deficientes, fazendo com que as “deficiências” fossem vistas como problema médico e não mais como problemas apenas espirituais ou castigo de Deus. Ao longo dos séculos XVIII e XIX esta concepção deu origem às instituições que ofereciam uma educação à parte para essas pessoas com deficiências. Essas instituições aplicavam uma educação assistencialista ao indivíduo com necessidades especiais, impossibilitando-o de desenvolver suas potencialidades.

No final do século XX, intensificou-se o movimento para a aceitação das pessoas deficientes e a integração na sociedade. Mas, somente a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da Constituição de 1988 e da LDB 1996, que a educação especial começou a vingar. Até então, “a educação especial era considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial” (ROGALSKI, 2010, p. 3).

A educação especial era voltada somente para aqueles que apresentavam deficiências físicas aparentes. Antes da Declaração de Salamanca (1994), não se tinha a visão de dificuldades de aprendizagem como sendo necessidades educacionais especiais.

De acordo com a Rogalski (2013), a educação de pessoas com deficiência foi denominada como Educação Especial, pelo motivo dessa pessoa ser considerada como alguém que precisa de tratamentos especiais, como consta nos textos da lei 4024/61 e da

5693/71, que foi substituída, atualmente, pela lei 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Como se pôde perceber, por muitos anos a educação especial passou despercebida, não era motivo de preocupação institucional, mas graças à luta dos próprios deficientes em busca de apoio para serem inseridos na sociedade, terem a devida educação e de indivíduos comprometidos com a causa, verificou-se que as legislações foram reformuladas atendendo ao anseio das pessoas com necessidades educacionais especiais e, com a educação inclusiva, ganhou o espaço tão almejado, pois, a partir disso, tornou-se fato o direito das pessoas com necessidades especiais serem educadas numa única escola que acolha as diferenças e, proporcione adequadamente uma educação de qualidade a todos.

3 Educação Inclusiva

No documento ministerial *Ensaios Pedagógicos* (BRASIL, 2005), observa-se a defesa da escola como o lugar da diversidade de alunos e do tratamento igualitário para todos. O termo inclusão está diretamente ligado ao fato de que todas as crianças são diferentes e, portanto, dentro de suas diversidades, tem o direito de ser incluídas numa única escola sem qualquer distinção:

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas (BRASIL, 2005, p.07).

No âmbito escolar, a inclusão deve estar sempre presente, afinal, a educação é direito de todos independentemente de sua deficiência. É uma maneira cidadã de se pensar e que integra todos dentro da sociedade buscando a igualdade:

Todos os meninos e meninas têm direito a educarem-se em um contexto comum, que assegure sua futura integração e participação na sociedade. O direito à educação não significa somente acesso a ela, como também, que

essa seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais (BRASIL, 2005, p. 09).

A inclusão faz parte de um processo que visa à igualdade social. É um meio de se buscar justiça social, propagar a democracia e contribuir para um meio social mais integrado entre si. Desse modo a inclusão representa uma afirmação de identidade das crianças, isso sem dizer do respeito pelo ser humano que isto acarreta, dando liberdade e independência.

A intenção em incluir alunos com deficiência em escolas de ensino regular é a de fazer com que o processo ensino aprendizagem se torne cada vez mais eficaz, pois as crianças ao se agruparem, começam a querer imitar ou pelo menos se tornar semelhante ao colega. Dentro da escola a crianças participa da vida social e adquire conhecimentos sobre as culturas alheias e da sua própria cultura.

Todas as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais, culturais ou sociais; crianças deficientes e superdotados/altas habilidades, crianças de rua, minorias étnicas, linguísticas ou culturais, de zonas desfavorecidas ou marginalizadas, o qual traça um desafio importante para os sistemas escolares. As escolas inclusivas representam um marco favorável para garantir a igualdade de oportunidades e a completa participação, contribuem para uma educação mais personalizada, fomentam a solidariedade entre todos os alunos e melhoram a relação custo-benefício de todo o sistema educacional (MEC, 2005, p. 09).

A diversidade produz melhor efeito dentro da educação, isto é, quando as crianças têm maior contato com as diferenças que existem entre elas, a tendência é de que elas evoluam mais e produzam melhores resultados. Dessa forma, as crianças têm a oportunidade de construir conhecimento juntas e de maneira mais igualitária, despertando também o sentimento ético e de bom senso. E a qualidade do ensino só tende a aumentar.

A educação inclusiva implica uma visão diferente da educação comum, baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade, considerando que cada aluno tem uma capacidade, interesse, motivações e experiência pessoal única, quer dizer, a diversidade está dentro do “normal”. Dada essa concepção, a ênfase está em desenvolver uma educação que valorize e respeite às diferenças, vendo-as como uma oportunidade para otimizar o

desenvolvimento pessoal e social e para enriquecer os processos de aprendizagem (BRASIL, 2005, p. 10).

A educação inclusiva traz ainda o preceito da união de todas as divergências existentes e, faz isso de forma profissional por meio do professor e de outros profissionais que estejam envolvidos nesse processo.

Sendo assim, é possível afirmar que a inclusão é uma proposta que se fundamenta em um princípio muito útil, já que a propagação não só de justiça (direitos), como também de uma educação de qualidade ou igualdade apenas; mas também de solidariedade e cidadania.

As escolas inclusivas favorecem o desenvolvimento de atividades de solidariedade e cooperação e o respeito e valorização das diferenças, o que facilita o desenvolvimento de uma cultura de paz e de sociedades mais justas e democráticas. A educação na diversidade é um meio essencial para desenvolver a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são os fundamentos do pluralismo, a convivência e a democracia. Por isso, é fundamental que as escolas, que são instâncias fundamentais para a socialização dos indivíduos, ofereçam a possibilidade de aprender e vivenciar esses valores (BRASIL, 2005, p. 10).

A sociedade só tem a ganhar com a educação inclusiva, pois as diferenças quando são valorizadas começam a perder o sentido pejorativo que elas carregam e apenas acrescentam princípios morais ao ser humano e pluralidade cultural para a sociedade em geral.

Nesse sentido, a proposta em sala de aula para o trabalho na perspectiva da educação inclusiva é de que se diversifiquem os métodos para que o conteúdo seja assimilado por todos. Assim há a necessidade de novas estratégias para chegar ao resultado esperado: que todos os alunos, sem exceção, fiquem aptos em competências básicas (SANTOS, 2008).

Por isso, no caso dos deficientes visuais inclusos, destaca-se há a necessidade de se trabalhar o braile em sala de aula para que esse aluno possa se desenvolver e aprender dentro dos direitos que lhes são assegurados.

4 O braile como método de aprendizagem para o deficiente visual

Segundo Bruno (2006), deficiente visual é a criança cega ou com baixa visão. A definição educacional para deficientes visuais defende que cegas são aquelas que não têm *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 2 (1): 155-168, 2015.

visão suficiente para aprender a ler em tinta e precisam utilizar outros métodos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e sinestésico) para seu desenvolvimento e aprendizagem. Ainda de acordo com a autora, essas crianças assim como as outras, necessitam de afeto, atenção, cuidados, relação e interação positiva para ser inseridas no meio social e cultural.

Crianças com deficiência visual também precisam se comunicar e, para isso, elas têm um método para auxiliá-las, o braile. Segundo Sandes (2009), o braile corresponde à leitura silenciosa dos cegos, a diferença é o sentido utilizado, as pessoas que enxergam usam a visão, e as pessoas que não enxergam usam o tato.

Birch (1990), explica que o braile é o método usado pelos cegos para ler e, foi criado em 1825, na França por Louis Braille. Louis morava na cidade de Coupvrar, um povoado situado ao leste de Paris. Seu pai era seleiro e fabricava arqueiros para seu povoado. Ainda criança, com três anos de idade, Louis brincava com algumas ferramentas de trabalho de seu pai, quando feriu os olhos com uma das ferramentas que manuseava e ficou cego. Louis estudou em um Instituto da França específico para cegos. Ao longo de sua vida, se dedicou aos estudos de métodos para aprendizagem e leitura de deficientes visuais. Foi aperfeiçoando seus estudos ao longo de sua vida até chegar à descoberta do método braile.

Desse modo, aprender o Braille é importante no processo ensino/aprendizagem do aluno com deficiência visual, pois favorece e dinamiza o desenvolvimento e concretização deste processo. O Braille é a ferramenta que permite a conexão do deficiente visual com o universo do conhecimento e da informação.

A visão é a principal uma das principais fontes de aprendizagem para quem enxerga. Já para o deficiente visual, compensa a falta de visão por diversas formas, uma delas é a leitura.

A leitura é de extrema importância para todos:

A leitura é um dos meios que o indivíduo tem de se comunicar com o mundo, de ter contato com novas ideias, pontos de vista e experiências que talvez, na sua vida prática jamais lhe proporcionasse (WERTHEIN, 2005, p. 1).

Por meio da leitura, o deficiente visual pode criar, fantasiar o que não vê, mergulhar num mundo de imaginações e criar suas próprias imagens do que não consegue enxergar. Sendo assim, ler, dá a oportunidade para o deficiente visual de ter experiências que eles não poderiam ter sem a leitura, pois não enxergam. Oliva (2000) argumenta que o Braille é o meio natural de leitura e escrita dos deficientes visuais.

Para Larêdo (2005), ler estimula o indivíduo na criação de senso crítico. A leitura forma sujeitos capacitados para ser inseridos na sociedade e exercitar sua cidadania, participando crítica e ativamente da construção da história de seu povo, formulando seus próprios critérios para questionar como sujeito no seu ato de pensar, sentir e atuar,

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) tratam que na educação inclusiva há a necessidade do braile nas escolas para a educação dos deficientes visuais:

Para alunos com deficiência visual: Sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades do aluno: sistema Braille, tipos escritos ampliados, Máquinas Braille, reglete, sorobã, bengala longa, livro falado etc. Material didático e de avaliação em tipo ampliado para os alunos com baixa visão em Braille e relevos para os cegos; Braille para alunos e professores videntes que desejarem conhecê-lo referido sistema. (PCNS, 1998, p. 45).

O método braile é flexível, ou seja, pode ser usado em diferentes ambientes e situações, facilitando a vida do deficiente visual, como por exemplo, em menus de restaurantes, em medicamentos, em elevadores, caixas eletrônicos de bancos, mapas entre outras.

Assim, constata-se que o braile é de fundamental importância nas escolas para a educação dos deficientes visuais, pois é o método pelo qual aprenderão a ler e, de fato, contataram com a realidade. Segundo Belarmino (2004):

O sistema Braille permitiu que indivíduos cegos saíssem do seu mundo específico, para compartilharem de forma mais abrangente, esferas comuns de realidade com os outros indivíduos da cultura [...]. Os indivíduos cegos encontraram no Braille a ferramenta que lhes permitiu construir uma nova individualidade histórica, todo um mundo amplo a se descontar na ponta dos seus dedos, numa resolução semiótica levada a cabo por apenas seis pontos em relevo. (BELARMINO, 2004, p. 5).

A leitura por meio do braile proporciona uma visão de mundo aos deficientes físicos. O braile é uma importante ferramenta para os deficientes, pois através desse método de leitura, eles passaram a depender o mínimo possível da ajuda dos olhos de outras pessoas.

SANDES (2009), afirma que os deficientes visuais precisam do braile para dominar a norma padrão da língua, principalmente no que diz respeito às normas de ortografia, já que o conhecimento dessas regras exige muita leitura e, sem o braile o deficiente visual não conseguiria perceber o uso de pontuações, acentuações, já que a entonação da voz na leitura não é o suficiente para que o cego aprenda as regras da língua materna.

Entretanto, o sistema Braile não é tão simples. Ele é formado por 64 símbolos em alto relevo, resultado da combinação de seis pontos colocados em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação.

De acordo com Bruno (2006), a leitura do braile é realizada da esquerda para a direita, com uma ou ambas as mãos. É preciso ter habilidade tátil na ponta dos dedos. A posição da mesa e da cadeira deve ser confortável à criança e as mãos devem estar um pouco abaixo dos cotovelos, proporcionando assim um maior conforto, ritmo e velocidade.

Ainda segundo a autora, a reglete e o punção, foram os primeiros instrumentos utilizados por pessoas com deficiência visual para escrever o braile. Eles eram uma espécie de lápis, mas eram muito lentos e exigiam uma ótima coordenação motora; coisa que as crianças pequenas naturalmente ainda não têm.



Figura 1: reglete

Fonte: <http://img651.imageshack.us/img651/3104/reglete.jpg>



Figura 2: punção

Fonte: <http://img842.imageshack.us/img842/258/puncao.jpg>

O sistema mais rápido de escrita braile é a máquina de datilografia, que é formada de seis teclas, três do lado direito e três do lado esquerdo, que correspondem aos pontos da cela braile. O toque concomitante das teclas produz a combinação dos pontos em relevo,

correspondendo ao símbolo elaborado. Foi criada em 1939, nos Estados unidos, pela escola PerkinsScholl for theBlind, em Massachussets (BRUNO, 2006).

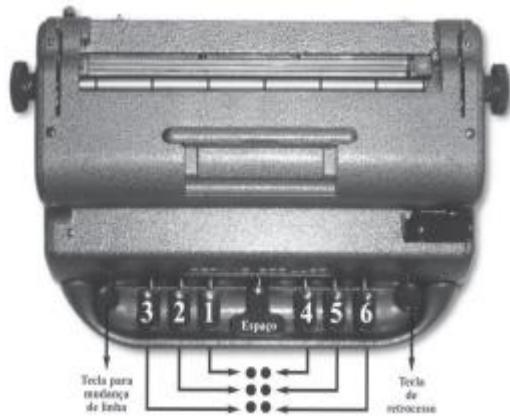


Figura 3: Máquina de datilografar em braile

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>

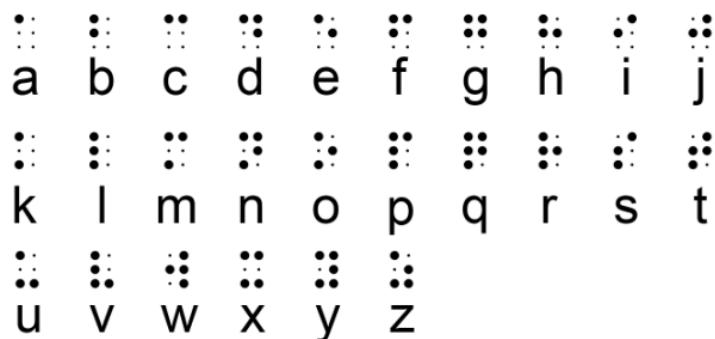


Figura 4: Alfabeto em Braile

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=alfabeto+em+braile>.

Assim como pessoas com outros tipos de necessidades especiais, o portador de deficiência visual, ainda hoje, infelizmente, é vítima de preconceito; talvez seja porque, o Braille é um sistema ainda pouco conhecido pelos não usuários, assim, acabam gerando uma desconfiança sobre a sua capacidade quanto linguagem.

Não deve-se subestimar as possibilidades de um deficiente, nem superestime suas dificuldades, pois ele pode ter dificuldade para realizar algumas atividades, porém, por outro lado, poderá ter habilidade para realizar outras, assim como todo mundo.

O preconceito, a falta de informação e a dificuldade em como lidar com pessoas que têm algum tipo de deficiência ainda são barreiras contra as quais milhões de pessoas ainda precisam lutar.

5 Considerações Finais

Por meio dessa pesquisa foi possível perceber que a inclusão de crianças com deficiência visual é um processo contínuo, sendo dever da escola e dos educadores proporcionar a elas o direito de conviver com as diferenças, pois isso trará benefícios ao seu desenvolvimento. Sendo assim, o educador deve estar atento ao seu aluno deficiente visual, buscando orientar-se conforme a sua excepcionalidade e especificidade e recursos necessários que orientem e o capacitem a agir de maneira correspondente à sua deficiência.

A inclusão é antes de qualquer coisa, uma questão de ética, onde educadores devem estar atentos à sua volta e perceber que há, hoje em dia, várias diversidades, culturas, habilidades, religiões. Assim, perceber essas diferenças já é um primeiro passo para a inclusão, pois esse misto de diversidades constitui-se no ato inclusivo, sendo que ninguém é igual a ninguém.

O educador deve estar atento aos métodos e materiais que utiliza com seu aluno deficiente visual e considerar que esse mesmo não é tão diferente dos demais, e devido a isso, não deve tratá-lo com privilégios ou diferenças. Deve tratar sua deficiência como sendo um atributo e não como se fosse sua característica mais importante.

Pode-se constatar também que o Braille, como sistema de leitura usado pelos deficientes visuais permite aos mesmos a sensação de inclusão deles na sociedade, pois o braille lhes permite certa autonomia em relação a precisar da ajuda de alguém para ler.

Porém, o braille sozinho não atende todas as necessidades dos deficientes visuais, é preciso que ele ande em conjunto com outros métodos, tais como o tato e a audição.

Em suma, foi possível perceber que para que a inclusão das pessoas cegas ocorra devidamente, torna-se necessário que todas as pessoas, sejam conscientizadas sobre a cegueira e o Braille, garantindo assim o fim da discriminação ao uso do sistema de leitura e escrita Braille, garantindo o acesso e permanência dos deficientes visuais na escola.

Referências

ARANHA, M.S.F. **Integração Social do Deficiente: análise conceitual e metodológica.** Temas em Psicologia, 1995.

BELARMINO, J. **Aspectos Comunicativos da Percepção Tátil: A escrita em Relevo como Mecanismo Semiótico da Cultura,** 2004.

BIRCH, B. **Louise Braille personagens que mudaram o mundo os grandes humanistas.** Rio de Janeiro: Globo, 1990. 64 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRUNO, M. M. G. **Educação infantil:saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 08/09/2014.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. MEC: SEE SP, 2001.

Ensaios pedagógicos - **construindo escolas inclusivas** : 1. Brasília : MEC, SEESP, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LARÊDO, S. **Significado social da leitura,** Disponível <http://www.anj.org.br/jornaleducacao/biblioteca/artigos/significado-social-da-leitura>: Acesso em: 31 de agosto 2014.

MARTINS, L.A.R. **Formação professores numa perspectiva inclusiva: algumas constatações.** In: MANZINI, E.J. (Org) Inclusão e Acessibilidade. Marilia: ABPPE, 2006. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/5375/4308>. Acesso em: 10/09/2014.

OLIVA, F. **Do Braille à Braillogria necessidade de formação braillológiia.** Disponível em: <<http://www.gesta.org/braille/braille02.htm>>. Acesso em: 30 de agosto2014.

QUEIROZ, M. A. **O Braille, o computador e a ortografia,** Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/ortograf.php>. Acesso em: 30 de agosto 2014.

RODRIGUES, O. M. P;ROLIM. P. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente.** Bauru:MEC/FC/SEE, 2008.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do Surgimento da Educação Especial.** Revista Educação Ideau. Vol.5 – mº 12 – julho – dezembro 2010. Disponível em: http://www.ideal.com.br/bage/upload/artigos/art_123.pdf. Acesso em 20/08/2014.

SANDES, L. F. **A leitura do deficiente visual e o sistema braile.** Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-LIZIANE-FERNANDES-SANDES.pdf>. Acesso em: 08/09/2014.

SANTOS, I. A. **Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica.** Cornélio Procópio, Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portal/pde/arquivos/2346-6.pdf>. Acesso em 10/09/2014.

WERTHEIN, J. **Viva(mos) a leitura!** Disponível em <http://www.vivaleitura.com.br/artigos>. Acesso em: 08/09/2014.